



PRN
Programa para a
Rede Rural
Nacional



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

2010



CONTEUDOS

1	PROCEDIMENTOS PARA A CRIAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA REDE	6
1.1	MODELO DE GOVERNAÇÃO.....	7
1.1.1	SISTEMA DE GESTÃO DO PRRN	8
1.1.2	ACREDITAÇÃO DO PRRN	9
1.2	ALTERAÇÕES AO PROGRAMA.....	9
1.3	ORGANIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA REDE RURAL NACIONAL.....	11
1.4	FUNCIONAMENTO DA REDE RURAL NACIONAL	12
1.4.1	BALANÇO DAS ACTIVIDADES COM INCIDÊNCIA NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO 1 A 4.....	12
1.4.2	BALANÇO DAS ACTIVIDADES COM INCIDÊNCIA NA ÁREA DE INTERVENÇÃO 5	14
2	ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO	17
2.1	PERÍODOS DE CANDIDATURA E CONCURSOS ABERTOS.....	17
2.2	CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO	18
2.3	ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	20
2.4	BALANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	21
2.4.1	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 – CAPITALIZAÇÃO DA EXPER. E DO CONHECIMENTO.....	22
2.4.2	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO.....	23
2.4.3	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL.....	25
2.4.4	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 – FACILITAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	27
2.4.5	ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 – FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA RRN	29
3	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA	31
4	RESUMO DAS ACTIVIDADES DE AVALIAÇÃO	33
4.1	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO INTERCALAR	33
5	MEDIDAS ADOPTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	36

5.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	36
5.1.1	ACOMPANHAMENTO	36
5.1.2	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	36
5.1.3	ACREDITAÇÃO DO ORGANISMO PAGADOR	36
5.2	EXAME ANUAL DO PRRN	37
5.3	COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	38
5.4	MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJECTO DE PUBLICIDADE	39
5.5	RESUMO DE PROBLEMAS VERIFICADOS NA GESTÃO DO PRRN E MEDIDAS TOMADAS.....	41
6	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLITICAS COMUNITÁRIAS	46
7	ANEXOS	47
7.1	LISTA DE MEMBROS DA REDE RURAL NACIONAL EM 2010	48
7.2	LISTA DE PEDIDOS DE APOIO APROVADOS EM 2010	56

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1 – DIPLOMAS AFECTOS AO PRRN	6
TABELA 2 - LEGISLAÇÃO ESPECIFICA DO PRRN	8
TABELA 3 - LISTA DE NORMAS E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	9
TABELA 4 - DATAS DOS ACTOS DE ACREDITAÇÃO DO PRRN	9
FIGURA 1 – ORGANIZAÇÃO DA RRN.....	11
TABELA 5 – INICIATIVAS DE FUNCIONAMENTO DA RRN.....	16
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MEMBROS DA RRN	16
TABELA 6 - CONCURSOS E PERÍODOS ABERTOS ATÉ 2010	18
TABELA 7 - PEDIDOS DE APOIO APRESENTADOS.....	19
TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS, DAS ÁREAS 1 A 4	19
TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS, DA ÁREA 5	20

FIGURA 3 - AVANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO ATÉ 2010	21
TABELA 10 - PEDIDOS DE APOIO APROVADOS	22
TABELA 11 - PEDIDOS DE APOIO CONTRATADOS.....	22
TABELA 12 - PEDIDOS DE APOIO APROVADOS	23
TABELA 13 - PEDIDOS DE APOIO CONTRATADOS.....	23
TABELA 14 - PEDIDOS DE APOIO PAGOS.....	24
TABELA 15 - TEMÁTICAS E ACTIVIDADES DA ÁREA DE INTERVENÇÃO 2	24
TABELA 16 - PEDIDOS DE APOIO APROVADOS	25
TABELA 17 - PEDIDOS DE APOIO CONTRATADOS.....	25
TABELA 18 - PEDIDOS DE APOIO PAGOS.....	26
TABELA 19 - TEMÁTICAS E ACTIVIDADES DA ÁREA DE INTERVENÇÃO 3	26
TABELA 20 - PEDIDOS DE APOIO APROVADOS	27
TABELA 21 - PEDIDOS DE APOIO CONTRATADOS.....	27
TABELA 22 - PEDIDOS DE APOIO PAGOS.....	28
TABELA 23 - TEMÁTICAS E ACTIVIDADES DA ÁREA DE INTERVENÇÃO 4	28
TABELA 24 - PEDIDOS DE APOIO APROVADOS	29
TABELA 25 - PEDIDOS DE APOIO CONTRATADOS.....	29
TABELA 26 - PEDIDOS DE APOIO PAGOS.....	30
TABELA 27 - TEMÁTICAS E ACTIVIDADES DA ÁREA DE INTERVENÇÃO 5	30
TABELA 28 - CUMPRIMENTO DA REGRA N+2.....	31
TABELA 29 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRRN.....	31

INTRODUÇÃO

O Relatório Anual relativo à execução do PRRN no ano de 2010, segue a estrutura e o conteúdo definidos no ponto B. do anexo VII do Regulamento (CE) nº 1974/2006, de 15 de Setembro, concretizando um dos instrumentos de acompanhamento e monitorização do Programa para a Rede Rural Nacional conforme previsto no artigo 82º do Regulamento (CE) nº 1698/2005, de 20 de Setembro.

O presente Relatório pretende ser essencialmente um reporte preciso da evolução do programa, no que diz respeito à consolidação do modelo de gestão de suporte à criação e ao funcionamento da rede e ao estado de realização do plano de acção.

Durante o ano de 2010 correspondeu à concretização da alteração do modelo de gestão, possibilitando a criação da Autoridade de Gestão do PRRN e do seu Secretariado Técnico, o que permitiu o cumprimento dos requisitos necessários à certificação da gestão do PRRN. Neste contexto, foi possível concretizar entre Julho e Agosto, o arranque do processo de abertura de candidaturas no âmbito do PRRN.

1 PROCEDIMENTOS PARA A CRIAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA REDE

A consolidação da organização e da gestão do Programa para a Rede Rural Nacional é assegurada em 2010, através de alterações significativas introduzidas pelos instrumentos regulamentares constantes da tabela seguinte.

Decreto-Lei n.º 69/2010, de 16 de Junho	•Altera o Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de Janeiro: Introduce alterações aos órgãos de gestão do PRRN, cria a Autoridade de Gestão do PRRN, composta pelo Gestor do PRRN (por inerência o Director-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural) e pelo Secretariado Técnico. Cria a estrutura da RRN (CNRR, ETA, CC, 7 AR). Altera Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março, relativo às regras gerais de aplicação dos PDR: inclui PRRN.
Despacho n.º 10599/2010, de 16 de Junho	•Define condições de implementação da RRN e regras de funcionamento, nomeadamente, constituição, competências do CC, ETA, unidade central ETA, pontos focais regionais ETA, CNRR e AR. Define 5 áreas funcionais da unidade central da ETA.
Despacho n.º 12416/2010, de 16 de Junho	•Cria a Autoridade de Gestão do PRRN, definindo estatuto (grupo de projecto), funções, missão, termos e duração do mandato, objectivos, número de elementos, encargos e cabimento orçamental. Nomeia o Secretário Técnico.
Portaria n.º 403/2010, de 28 de Junho	•Aprova o regulamento de aplicação da Área de Intervenção n.º 5 “Funcionamento da Rede Rural”, do Programa da RRN.
Despacho n.º 11095/2010, de 29 de Junho	•Procede à nomeação do Coordenador Nacional da RRN (CNRR).
Portaria n.º 501/2010, de 16 de Julho	•Aprova o regulamento de aplicação das Áreas de Intervenção 1 a 4, do Programa da RRN.

Tabela 1 – Diplomas afectos ao PRRN

1.1 MODELO DE GOVERNAÇÃO

O Decreto-Lei nº 69/2010, de 16 de Junho, introduziu a alteração com maior impacto na gestão do PRRN, tendo definido como órgão de gestão do PRRN, a Autoridade de Gestão (AG) cuja composição passou a incluir o Gestor, atribuído a partir desta data e por inerência ao Director-geral da Direcção-geral de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR) e o Secretariado Técnico.

A Autoridade de Gestão (AG) posteriormente criada pelo Despacho nº 12416/2010, publicado em 2 de Agosto, no Diário da Republica, 2ª Série, nº 148, permitiu assegurar através da constituição do Secretariado Técnico, uma estrutura segregada, totalmente focada nas suas atribuições e competências.

A partir desta data, entra-se numa nova fase de gestão do PRRN, sendo empreendido um esforço significativo pela Autoridade de Gestão (AG), no sentido de assegurar os meios fundamentais à concretização das suas atribuições e competências, com enfoque especial na elaboração e celebração do Protocolo de Articulação Funcional com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) e na definição do sistema de gestão, produzindo uma estrutura de normas e orientações técnicas capazes de assegurar a certificação do sistema de gestão, a efectuar pela Inspecção-geral de Finanças (IGF), condições fundamentais para a abertura de candidaturas, a sua decisão e contratação, bem como para a execução financeira efectiva do PRRN.

Neste contexto, o Protocolo de Articulação Funcional entre o IFAP e a AG é homologado pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) em 10 de Agosto, estabelecendo-se desta forma um elemento essencial para a acreditação da gestão do PRRN pela IGF.

Por outro lado foram desencadeados contactos com o objectivo de associar à gestão do PRRN, outras entidades, designadamente as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) no Continente e a DRACA e DRADR respectivamente nas regiões autónomas dos Açores e Madeira.

O objectivo traduz-se na promoção e descentralização de tarefas associadas ao processo de recepção, análise e validação de pedidos de pagamento, assegurando-se uma maior proximidade entre a gestão e os beneficiários.

A consolidação e maior consistência do modelo de gestão, em resultado dos pressupostos anteriormente expostos vieram a ocorrer, sendo identificados por cada entidade regional os recursos a afectar à execução das operações do PRRN, ficando em aberto a actualização do Protocolo de Articulação Funcional entre o IFAP e estas entidades, com o objectivo de enquadrar o PRRN.

1.1.1 SISTEMA DE GESTÃO DO PRN

Em 2010, a actuação da Autoridade de Gestão incidu essencialmente na operacionalização do PRN, com vista a promover a abertura de candidaturas aos apoios do PRN, abrangendo todas as áreas de intervenção que constituem o Plano de Acção.

Neste contexto, e após a publicação em 2 de Agosto, do Despacho nº 12416/2010, que criou a Autoridade de Gestão (AG), procedeu-se à elaboração, do Protocolo de Articulação Funcional entre o IFAP e a AG, e da estrutura normativa e regulamentar de suporte ao PRN, de forma a poder ser efectuada proposta à IGF, para a acreditação do Programa, condição obrigatória para os membros da RRN poderem apresentar as suas candidaturas.

Para suporte à operacionalização das áreas intervenção do PRN, foram publicadas 2 Portarias, as quais aprovaram os respectivos regulamentos de aplicação.

Diploma	Objecto	Data
Portaria nº 403/2010	Aprova o Regulamento de Aplicação da área de Intervenção 5	16 de Junho
Portaria nº 501/2010	Aprova o Regulamento de Aplicação das áreas de Intervenção 1 a 4	16 de Julho

Tabela 2 - Legislação Específica do PRN

No que respeita à constituição do Manual de Gestão do PRN, para além dos normativos do Organismo Pagador (OP), a Autoridade de Gestão (AG) publicou 20 documentos específicos, entre Normas e Orientações Técnicas, conforme consta da tabela seguinte.

Tipo de Documento	Objecto	
Normas	Transversais	Abertura e Divulgação de Concursos Recepção de Pedidos de Apoio Análise de Pedidos de Apoio Decisão de Pedidos de Apoio Audiência Prévia de Pedidos de Apoio Procedimentos Gerais dos Pedidos de Apoio

Orientações		Incompatibilidades no Exercício de Funções Circuito Documental
	Específicas	Procedimentos de Análise das Áreas de Intervenção 1 a 4 Procedimentos de Análise da Área de Intervenção 5
	Gerais	Dossier da Operação Elegibilidade do IVA Desistência e Alteração de Pedidos de Apoio Publicitação dos Apoios Contratação Pública
	Específicas	Pedidos de Apoio das Áreas de Intervenção 1 a 4 Pedidos de Apoio da Áreas de Intervenção 5
	Internas	Tratamento de Pedidos de Apoio no SIIFAP - Área 1 a 4 Tratamento de Pedidos de Apoio no SIIFAP - Área 5

Tabela 3 - Lista de Normas e Orientações Técnicas

1.1.2 ACREDITAÇÃO DO PRN

A acreditação do modelo de gestão do PRN, resultou de uma calendarização faseada, que mereceu a aceitação da IGF. Ocorreu em primeiro lugar a acreditação da Área de Intervenção 5 e posteriormente as restantes Áreas de Intervenção. Este procedimento foi antecedido, em Agosto, pela homologação do Protocolo de Articulação Funcional entre o IFAP e a AG.

Acto de Acreditação	Data
Área de Intervenção 5	14 de Setembro
Áreas de Intervenção 1 a 4	6 de Dezembro

Tabela 4 - Datas dos Actos de Acreditação do PRN

1.2 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA

No ano de 2010, e tendo como justificação a adequação do PRN às alterações do modelo de governação e à necessidade de promover o alargamento do acesso aos apoios do PRN aos

membros da RRN, foi efectuada em Março a respectiva consulta escrita aos membros do Comité de Acompanhamento do PRN, tendo posteriormente sido submetida à Comissão Europeia em Abril, a 1ª alteração ao PRN, a qual mereceu a sua concordância em Julho.

As alterações abrangeram as seguintes alterações:

Alteração 2: Estrutura necessária ao funcionamento da Rede Rural (Ponto 6.2, págs. 39, 40, 41 e 43)

- Por decisão Governamental, a Gestão do PRN e a coordenação da Estrutura Técnica de Animação (ETA) passam a ser responsabilidade da Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR. São ainda realizadas alterações pontuais às funções da ETA, cujas funções típicas de gestão de um programa passam a ser exercidas por uma estrutura técnica de apoio ao Gestor do PRN.
- Dado o pedido de significativo número de membros da RRN com implantação nacional para participarem no Conselho de Coordenação, é definido um número máximo de 18 representantes, com representação colegial, com o objectivo de assegurar a funcionalidade deste órgão, o que corresponde à totalidade dos representantes actuais.

Alteração 3: Beneficiários das Áreas de Intervenção (Ponto. 6.3, págs. 45, 46, 48, 50, 52 e 53)

Alarga-se o universo dos beneficiários a outros membros da RRN, que não exclusivamente o MADRP (Organismos, serviços e pessoas colectivas de natureza pública e pessoas colectivas de natureza privada sem fins lucrativos), bem como à Autoridade de Gestão do PRN.

Alteração 4: Introdução da actividade “3.5” (Ponto 6.3, pág. 50)

Introdução da actividade “3.5 – Avaliação do Programa da Rede Rural Nacional”, para assegurar a conformidade com o previsto na alínea e), do ponto B do anexo II do Reg. (CE) 1974/2006.

Alteração 5: Autoridade de Gestão (Ponto 8.1, pág. 58)

Por decisão Governamental, a Gestão do PRN passa a ser responsabilidade da Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR

Alteração 6: Publicitação do Programa (Ponto 10, pág. 65)

Alteração que decorre da decisão de atribuir à DGADR a responsabilidade pela gestão do PRN.

1.3 ORGANIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA REDE RURAL NACIONAL

A organização da Rede Rural Nacional, tal como definida no PRRN, manteve a sua estrutura inicial, tendo ocorrido em Junho a transferência de responsabilidades do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) para a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o que determinou alterações ao nível da Coordenação Nacional da RRN.

Através dos diplomas publicados, e referenciados na tabela 1, ocorre o fortalecimento da forma de organização da RRN, a qual se consubstancia nos seguintes órgãos:

- ✓ Coordenador Nacional da Rede Rural Nacional (CNRRN)– nomeado por despacho do Director-geral da DGADR;
- ✓ Estrutura Técnica de Animação (ETA) – Coordenada pelo Coordenador Nacional da RRN e constituída por uma Unidade Central e 7 (sete) Pontos Focais Regionais, correspondentes às DRAP no Continente e à DRACA e DRADR respectivamente nas regiões autónomas dos Açores e Madeira;
- ✓ Conselho de Coordenação Nacional (CCN) – Presidido pelo Coordenador Nacional da RRN;
- ✓ Assembleias Rurais (AR)

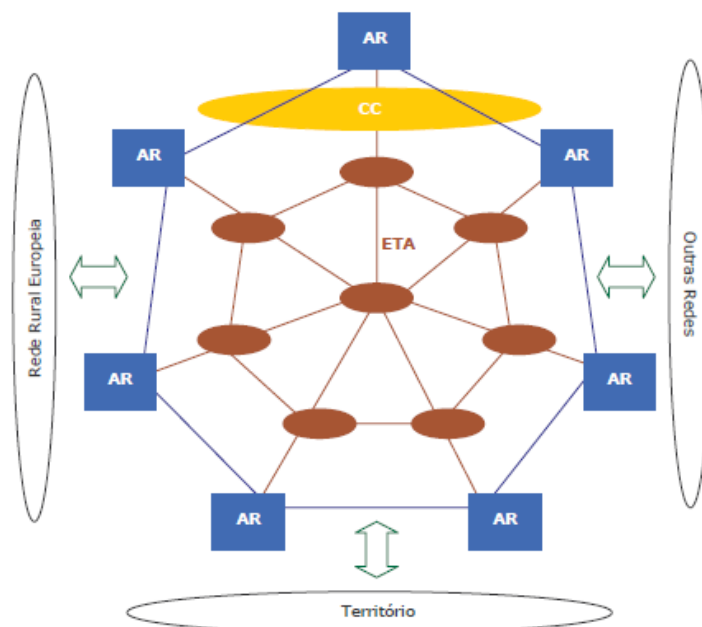


Figura 1 – Organização da RRN

sendo objecto de definição, as condições de implementação da RRN e as suas regras de funcionamento, nomeadamente, a constituição, as competências do CCN, da ETA, da Unidade Central, dos Pontos Focais Regionais, do CNRR e das AR. Por outro lado foi especificado e definido ao nível da Unidade Central da ETA, um conjunto de 5 áreas funcionais, permitindo adequar a sua estrutura interna às prioridades do PRN.

Em 2010, foi aprovado o Regulamento Interno da RRN, que suporta e explicita o organigrama da RRN, bem como identifica e define claramente a composição, competências e funções dos seus diferentes órgãos.

Em resultado da definição das competências das Assembleias Rurais, foram igualmente aprovados os Regulamentos Internos, dos Pontos Focais Regionais do Continente, DRAP Centro, DRAP LVT, DRAP Alentejo, DRAP Algarve e do Ponto Focal Regional da Madeira.

1.4 FUNCIONAMENTO DA REDE RURAL NACIONAL

Relativamente ao funcionamento da RRN, foram desenvolvidas, ao longo do ano de 2010, um conjunto de iniciativas, com o objectivo de responder afirmativamente às diferentes Áreas de Intervenção do PRN e em simultâneo reforçar e consolidar as estruturas base da RRN, permitindo não só a melhoria das acções de animação da rede e a correspondente dinamização dos membros da RRN, como responder à necessária articulação com a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural.

1.4.1 BALANÇO DAS ACTIVIDADES COM INCIDÊNCIA NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO 1 A 4

Apresenta-se em seguida o balanço das actividades desenvolvidas no âmbito das áreas de execução do plano de acção.

Área 1	Actividades	Iniciativas	Indicador (nº)
Acção 1.2	Identificar, analisar e sistematizar experiências de sucesso em meio rural	- Definido o sistema de identificação de projectos de interesse para a base de dados europeia - PIKSE - Criada ficha modelo de registo - Projectos analisados - Projectos em análise - Projectos enviados para PIKSE - Concebido modelo da base de dados	 1 13 14 10 1

Área 2	Actividades	Iniciativas	Indicador (nº)
Ação 2.4	Divulgar as ofertas e procura de parceiros, no âmbito da Cooperação LEADER	Divulgadas, via e-mail, as manifestações de oferta/procura de parceiros, nacional e internacional	213

Área 3	Actividades	Iniciativas	Indicador (nº)
Ação 3.3	Promover o debate sobre as políticas no mundo rural	Realização de um debate sobre o futuro da Política de Desenvolvimento Rural, no contexto da discussão sobre a PAC pós-2013, organizado em três painéis segundo as questões em debate, com apresentação da síntese dos contributos enviados pelos membros da RRN e comentários de peritos e stakeholders.	1 Evento 250 Participantes

Área 4	Actividades	Iniciativas	Indicador (nº)
Ação 4.2	Sítio Web da RRN	- Autonomizado o sítio Web da RRN: www.rederural.pt (12/03) - Criado caderno de encargos para reformular o sítio - Constituída a equipa responsável pelo desenvolvimento do sítio - Formação dos autores de conteúdos	10531 Visitas 1 2 2
	Desenvolver o actual sítio, divulgando informação actualizada sobre a RRN e suas actividades	Divulgada informação sobre: - Notícias e eventos nacionais e internacionais com interesse para o DR - Actividades, eventos, notícias das Redes Nacionais	35 13
	Editar Revista Temática	Iniciada a definição do caderno de encargos	1

1.4.2 BALANÇO DAS ACTIVIDADES COM INCIDÊNCIA NA ÁREA DE INTERVENÇÃO 5

Apresenta-se em seguida o balanço das actividades desenvolvidas no âmbito do funcionamento da RRN.

Actividades	Iniciativas	Indicador (n.º)
Transferência da RRN do GPP para a DGADR	Realizadas reuniões com: ○ GPP / DGADR ○ DGADR / IFAP ○ DGADR / SEFDR ○ DGADR / DRAP ○ DGADR / GPP / COM	• 13
	Foram realizadas consultas escritas para alteração do PRN e do Plano de Acção e para a regulamentação.	• 2 Consultas
Regulamentar o Funcionamento da RRN e ETA	Elaborada, discutida e aprovada proposta de Regulamento Interno (RI) da RRN ○ Aprovada em Conselho de Coordenação de 30/09/2010	• 1
Normas e procedimentos para admissão de Membros da RRN	Elaborada, discutida, aprovada e divulgada proposta de critérios e procedimentos para admissão de novos membros da RRN Aprovada em Conselho de Coordenação de 30/09/2010	• 1
	• Reformulada a ficha de membro da RRN	• 1
Elaboração do Plano de Actividades para 2010	• Elaborado Plano de Actividades da RRN 2010 – Março de 2010	• 1
Preparação da elaboração do Plano de Actividades para 2011	• Elaborado documento de orientação para a elaboração do Plano de Actividades da RRN 2011 – Setembro de 2010	• 1
Criar e promover Bolsa de Iniciativas da Rede	• Concebido o modelo de Bolsa de Iniciativas	• 1
Reunir os órgãos da RRN	1. Realizadas reuniões da ETA, (21/01; 29/01; 11/03; 29/04, 16/09 e 04/11) para: • Preparação do plano de actividades da RRN 2010; • Apresentação e sensibilização da ETA para a realização do debate sobre o futuro da Política de Desenvolvimento Rural; • Debater a admissão de novos membros; • Ponto de situação da operacionalização da ETA e do PRN • Consensualizar uma proposta de Regulamento Interno das AR; • Elaborar e debater propostas de Plano Estratégico da RRN; • Elaborar e debater proposta de linhas orientadoras para a área de informação e comunicação da RRN • Metodologia de identificação das experiências	• 6

	de sucesso em meio rural. Foram preparados documentos técnicos de apoio às reuniões.	
	2. Realizadas reuniões com os Pontos Focais do Continente para ponto de situação das actividades da RRN na Região; Análise das propostas de iniciativas apresentadas no âmbito das AR; Operacionalização dos Pontos Focais: Alentejo – 21/06, Centro – 22/06, Norte – 27/06, LVT – 28/06, Algarve – 06/07.	• 5
	3. Realizadas reuniões do CC (11/03, 29/04 e 30/09) para: • Lançamento do debate sobre a PAC - pós 2013, junto dos membros nacionais e dos responsáveis pela coordenação das Assembleias Rurais Regionais (AR) • Apresentação da ETA; • Apresentação e debate da proposta de Regulamento Interno da RRN; • Apresentação e debate da proposta de linhas orientadoras para a área de informação e comunicação da RRN • Apresentação e debate da proposta de documento orientador do Plano de Actividades de 2011. Foram preparados documentos técnicos de apoio às reuniões.	• 3
	4. Participação da ETA na reunião do Comité de Acompanhamento do PRRN (13/12). • Preparados documentos técnicos de apoio à reunião.	• 2
	5. Realizadas as Assembleias Rurais Regionais: a. Para debate sobre a PAC – pós 2013 (entre 19 e 20/05) b. Do Centro, LVT, Alentejo, Algarve e Madeira para: • Aprovar os seus Regulamentos Internos; • Apresentar linhas orientadoras para a área de informação e comunicação da RRN • Preparar a elaboração do Plano de Actividades para 2011; Centro – 06/12, LVT – 06/12, Alentejo – 07/12, Algarve – 16/12, Madeira – 20/12. c. Preparados documentos técnicos de apoio às sessões.	• 7 • 5 Reg. Internos • 5 Contributos
Reuniões de trabalho	Promovidas reuniões com AG PRODER para: • Articular troca de informação sobre projectos apoiados pelo PRODER (21/10) • Criar sinergias e articular intervenções no âmbito da Cooperação LEADER (26/10) • Identificar modo e estratégia de intervenção da RRN ao nível da assistência técnica à Cooperação LEADER. (16/12)	• 3

**Estabelecer
colaboração**

Protocolos

de

- Elaborada proposta de Protocolo de colaboração com o PRODER, no âmbito da Cooperação LEADER.
- Enviada à AG do PRODER para apreciação

• 1

Tabela 5 – Iniciativas de Funcionamento da RRN

Em termos globais, pode-se afirmar que a actividade da RRN manteve a sua dinâmica, mesmo num contexto de mudança, atendendo ao facto de o ano de 2010, ter correspondido à alteração do modelo de governação, traduzindo-se na intervenção de duas entidades distintas como responsáveis pela Coordenação Nacional da RRN, o GPP e a DGADR, respectivamente no 1º Semestre e 2º Semestre.

Quanto ao número identificado de membros da RRN, em Anexo disponibiliza-se a listagem das entidades divida em 2 momentos, o primeiro relativo aos membros da RRN aceites até 13 de Setembro, data do fecho do 1º Aviso de Abertura de Concurso para apresentação de Pedidos de Apoio ao PRRN e o segundo relativo aos membros da RRN aceites até 31 de Dezembro.

Em termos globais a RRN, inscreveram-se me 2010, 93 novos membros, pelo que a RRN possuía à data de 31 de Dezembro, um total de 286 membros, tendo-se inscrito 93 membros em 2010, relativamente aos quais se apresenta de seguida a sua distribuição geográfica.

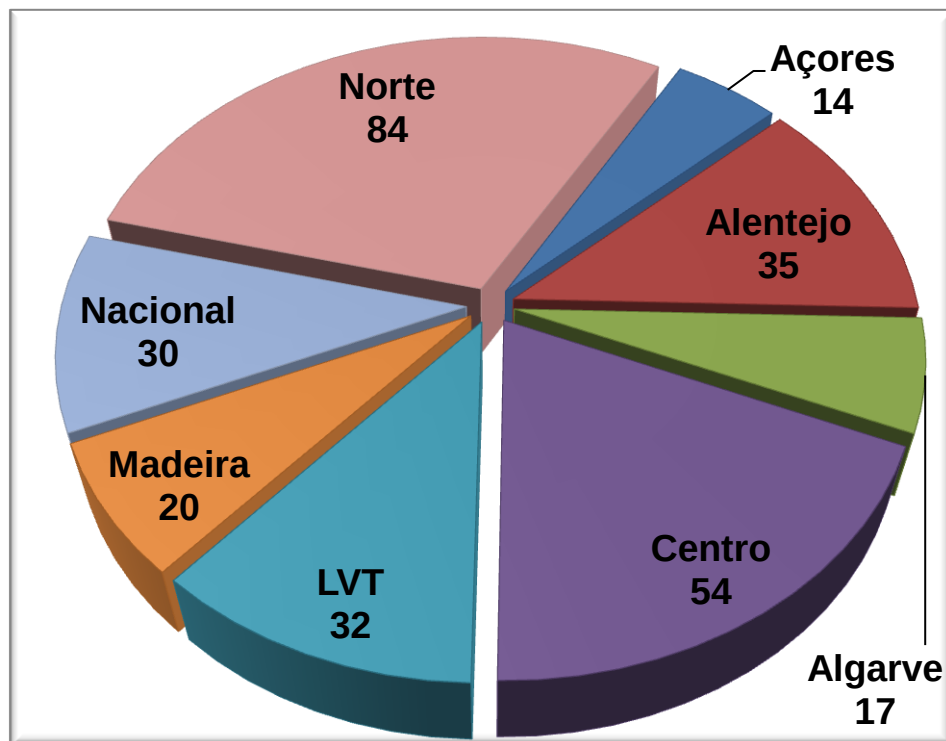


Figura 2 – Distribuição Regional dos Membros da RRN

2 ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO

Neste ponto pretende-se informar sobre o estado de execução do Plano de Acção, permitindo aferir a evolução do programa ao nível dos principais aspectos associados ao seu progresso e balanço global da gestão do PRRN, quer ao nível das 4 Áreas de Intervenção que respondem à operacionalização da estratégia, quer também relativamente à Área de Intervenção 5, relativa ao funcionamento da Rede.

Tendo ocorrido a operacionalização do PRRN, em resultado da alteração do seu modelo de governação e de gestão em Agosto de 2010, a Autoridade de Gestão (AG) definiu o âmbito do primeiro concurso para as Áreas de Intervenção de Execução do Plano de Acção, em resposta aos pressupostos do Plano de Acção 2007-2013, tal como foi aprovado no 1º Comité de Acompanhamento, realizado em Abril de 2009, e dos Planos de Actividades entretanto aprovados para 2009 e 2010. Foi igualmente considerada pela Autoridade de Gestão (AG), a vertente relativa à Área de Intervenção 5, tendo no período entre 15 de Julho e 15 de Novembro, sido apresentados pedidos de apoio associados a 2009 e 2010, por parte das entidades afectas ao funcionamento e gestão da RRN, designadamente os 7 Pontos Focais Regionais, a Unidade Central da ETA, a Autoridade de Gestão e o Gestor no caso do GPP.

Assim foi possível em 2010, em todas as áreas de Intervenção do PRRN, assegurar aos membros da RRN e às estruturas centrais e regionais da RRN associadas à gestão, respectivamente a apresentação de pedidos de apoio totalmente alinhados com as propostas de iniciativas entretanto propostas e empreendidas, e a apresentação de despesas das entidades associadas ao funcionamento e à gestão do PRRN.

2.1 PERÍODOS DE CANDIDATURA E CONCURSOS ABERTOS

A regulamentação específica estabelece que a candidatura aos apoios ao PRRN, no âmbito das áreas de intervenção associadas à execução do Plano de Acção, é efectuada através da modalidade de concurso, com excepção de pedidos de apoio associados à avaliação contínua do PRRN, enquanto no âmbito da área de intervenção 5, associada ao Funcionamento das Estruturas da RRN, a apresentação de pedidos de apoio é efectuada através da modalidade de período de candidatura, entre Julho e Novembro de cada ano.

Assim em 2010, foi aberto 1 Concurso para apresentação de candidaturas, correspondente ao Aviso nº1 abrangendo as 4 Áreas de Intervenção de Execução do Plano de Acção. Por outro lado, com a publicação do respectivo Regulamento de Aplicação, foi assegurado o 1º Período de candidaturas da Área de Intervenção 5, referente ao Funcionamento e Gestão da RRN.

A dotação em valor de Despesa Pública, aprovada pelo Gestor em 2010, correspondeu ao montante global de 8.843.152,00€, distribuída conforme consta da tabela seguinte.

	Área de Intervenção	Nº Concursos /Períodos em 2010	Dotação (Despesa Pública) em 2010	Nº Concursos /Períodos até 2010	Dotação (Despesa Pública) até 2010
Execução do Plano de Acção	Capitalização da Experiência e do Conhecimento	1	1.875.000,00	1	1.875.000,00
	Facilitação da Cooperação	1	1.125.000,00	1	1.125.000,00
	Observação do Mundo Rural e da Implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural	1	1.255.000,00	1	1.255.000,00
	Facilitação do Acesso à Informação	1	1.875.000,00	1	1.875.000,00
Funcionamento da RRN	Funcionamento da RRN	1	2.843.152,00	1	2.843.152,00

Tabela 6 - Concursos e Períodos Abertos até 2010

Os valores permitem referir que relativamente à Execução do Plano de Acção foi colocado a concurso um valor correspondente a 32% do valor da programação financeira do PRRN, sendo este valor de 60% da programação financeira para o Funcionamento da RRN, correspondendo globalmente a uma dotação equivalente a 37,5% do total programado para o PRRN.

2.2 CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO

No ano de 2010, foram apresentados 271 pedidos de apoio relativos às Áreas de Intervenção 1 a 4 e 27 pedidos de apoio relativos à Área de Intervenção 5, correspondendo a uma despesa total proposta respectivamente de 22,0MEuros e a 2,8MEuros.

Face à programação financeira global do PRRN para as Áreas de Intervenção 1 a 4, que ascende a 18,7MEuros, para o período 2007-2013, constata-se que a despesa total proposta excede em 23%, o valor programado e excede em 380% a dotação aprovada pelo Gestor para o Aviso nº 1.

Quanto à Área de Intervenção 5, a despesa total proposta corresponde a 98% da dotação aprovada pelo Gestor.

	Área de Intervenção	Nº Pedidos de Apoio(1) em 2010	Despesa Total Apresentada em 2010	Nº Pedidos de Apoio(1) até 2010	Despesa Total Apresentada até 2010
Execução do Plano de Acção	Capitalização da Experiência e do Conhecimento	203	16.361.557,44	203	16.361.557,44
	Facilitação da Cooperação	6	353.462,31	6	353.462,31
	Observação do Mundo Rural e da Implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural	24	1.668.641,72	24	1.668.641,72
	Facilitação do Acesso à Informação	38	3.523.703,92	38	3.523.703,92
		271	21.907.365,39	271	21.907.365,39
Funcionamento da RRN	Funcionamento da RRN	27	2.757.687,16	27	2.757.687,16
		298	24.665.052,55	298	24.665.052,55

Legenda: (1) Pedidos de Apoio Válidos

Tabela 7 - Pedidos de Apoio Apresentados

Mil Euros								
Região	Área 1		Área 2		Área 3		Área 4	
	Nº	Despesa Total Apresentada	Nº PA	Despesa Pública	Nº PA	Despesa Total Apresentada	Nº PA	Despesa Pública
Norte	57	4.619,46	1	1,40	5	142,86	7	438,85
Centro	37	3.619,89	0	0,00	2	62,37	3	110,47
LVT	57	4.887,69	4	265,53	15	1.335,27	15	2.267,20
Alentejo	46	2.879,26	1	86,53	1	2,09	6	369,43
Algarve	6	355,27	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Madeira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Açores	0	0,00	0	0,00	1	126,05	7	337,77
TOTAL	203	16.361,56	6	353,46	24	1.668,64	38	3.523,70

Tabela 8 - Distribuição Regional dos PA entrados, das Áreas 1 a 4

A distribuição dos pedidos de apoio apresentados em 2010, traduz-se num equilíbrio entre as regiões do Continente, sendo a excepção a região do Algarve, onde o número de pedidos de apoio corresponde a apenas 2% do total de pedidos de apoio apresentados, estando associado a um número reduzido de membros da RRN nesta região.

No que diz respeito à Área de Intervenção 5, o peso da região de Lisboa e Vale do Tejo, decorre do facto de aí estarem localizadas as estruturas de gestão e de coordenação da RRN.

Euros		
Área 5		
Região	Nº	Despesa Total Apresentada
Norte	3	82.453,60
Centro	3	70.968,28
LVT	10	2.354.212,82
Alentejo	3	91.030,68
Algarve	3	58.179,42
Madeira	3	58.592,62
Açores	2	42.249,74
TOTAL	27	2.757.687,16

Tabela 9 - Distribuição Regional dos PA entrados, da Área 5

2.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

No ano de 2010, correspondendo ao arranque do PRRN e face ao volume de candidaturas recepcionadas, a gestão optou por focar os recursos disponíveis, na análise, decisão e contratação das Áreas de Intervenção 2, 3, 4 e 5, as quais correspondiam no seu conjunto a uma despesa total apresentada de 9MEuros, da qual se estimava que um valor próximo de 40% se encontrava afecta até 2010.

A Área de Intervenção 1, cujo valor de despesa total apresentado correspondia à quase totalidade do total programado para o PRRN, aliado à insuficiência de recursos humanos e à impossibilidade em obter um reforço por parte de outras entidades, determinou a tomada de decisão no sentido de ser iniciado um procedimento de aquisição de serviços, o qual veio a concretizar-se em 31 de Dezembro.

No final de 2010, encontravam-se em análise 75% dos pedidos de apoio apresentados, sendo na sua maioria, cerca de 90% do total de pedidos de apoio em análise, correspondentes à Área de Intervenção 1, cujo Concurso tinha encerrado em 13 de Setembro.

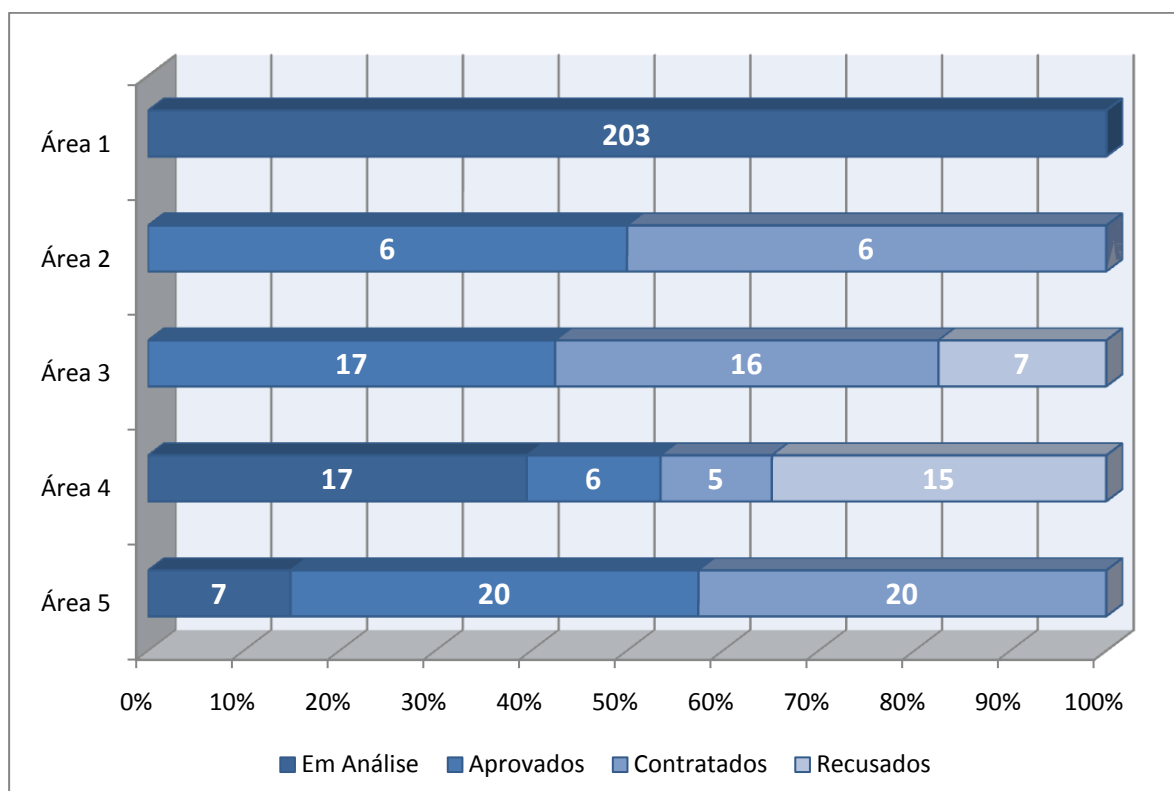


Figura 3 - Avanço das Áreas de Intervenção até 2010

A taxa de recusa correspondeu a 30% do total dos pedidos de apoio decididos, tendo este valor maior expressão na Área de Intervenção 4, com um valor de 68% do total dos pedidos de apoio recusados.

A taxa de contratação de pedidos de apoio aprovados correspondeu em 2010 ao valor de 92% do total dos pedidos de apoio remetidos para contratação.

2.4 BALANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

No presente ponto consolida-se a informação correspondente às Áreas de Intervenção que estrategicamente concretizam as quatro prioridades da Rede Rural Nacional, incidindo sobre o universo dos pedidos de apoio aprovados.

É efectuada igualmente referência à Área de Intervenção a qual constitui o suporte ao Funcionamento da Estrutura e da Gestão da RRN e do PRRN.

2.4.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 – CAPITALIZAÇÃO DA EXPER. E DO CONHECIMENTO

Foram apresentados 203 pedidos de apoio referentes à prioridade Capitalização da Experiência e do Conhecimento, não tendo ocorrido o processo de decisão em 2010.

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
LVT	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Alentejo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00

Tabela 10 - Pedidos de Apoio Aprovados

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
LVT	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Alentejo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00

Tabela 11 - Pedidos de Apoio Contratados

Relativamente ao contributo para o Plano de Acção e Planos de Actividades da RRN, não é possível proceder à apresentação das Temáticas e Actividades/Acções envolvidas por não ocorrerem aprovações.

2.4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO

Foram apresentados e aprovados 6 pedidos de apoio referentes à prioridade Facilitação da Cooperação, correspondendo 2 a candidaturas em parceria pública e os restantes 4 a candidaturas isoladas.

Euros						
Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	1	1.396,60	698,30	1	1.396,60	698,30
Centro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
LVT	4	252.268,39	126.134,20	4	252.268,39	126.134,20
Alentejo	1	86.533,95	43.266,98	1	86.533,95	43.266,98
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	6	340.198,94	170.099,47	6	340.198,94	170.099,47

Tabela 12 - Pedidos de Apoio Aprovados

Euros						
Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	1	1.396,60	698,30	1	1.396,60	698,30
Centro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
LVT	4	252.268,39	126.134,20	4	252.268,39	126.134,20
Alentejo	1	86.533,95	43.266,98	1	86.533,95	43.266,98
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	6	340.198,94	170.099,47	6	340.198,94	170.099,47

Tabela 13 - Pedidos de Apoio Contratados

Euros						
Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
LVT	2	126.533,76	63.266,88	2	126.533,76	63.266,88
Alentejo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	2	126.533,76	63.266,88	2	126.533,76	63.266,88

Tabela 14 - Pedidos de Apoio Pagos

Relativamente ao contributo para o Plano de Acção e Planos de Actividades da RRN, os pedidos de apoio incidem sobre as Temáticas e Actividades/Acções descritas na tabela seguinte.

Temáticas	Actividades/Acções
Identificação de Constrangimentos e boas práticas para a Cooperação	2.1
	2.2
	2.4
Estratégias de Cooperação	2.2
Informação sobre Apoios à Cooperação	2.4
Formação para a Cooperação	2.2
Constituição de Parceria Adequada para Cooperar	2.4
A Cooperação na Valorização Territorial	

Tabela 15 - Temáticas e Actividades da Área de Intervenção 2

2.4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL

Foram apresentados 24 pedidos de apoio dos quais foram aprovados 17 pedidos de apoio referentes à prioridade Observação do Mundo Rural, correspondendo 15 a candidaturas em parceria pública e pública/privada e os restantes 2 a candidaturas isoladas.

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	1	27.384,86	13.692,43	1	27.384,86	13.692,43
LVT	14	1.224.743,70	612.371,85	14	1.224.743,70	612.371,85
Alentejo	1	1.827,10	913,55	1	1.827,10	913,55
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	1	126.050,00	63.025,00	1	126.050,00	63.025,00
TOTAL	17	1.380.005,66	690.002,83	17	1.380.005,66	690.002,83

Tabela 16 - Pedidos de Apoio Aprovados

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	1	27.384,86	13.692,43	1	27.384,86	13.692,43
LVT	14	1.224.743,70	612.371,85	14	1.224.743,70	612.371,85
Alentejo	1	1.827,10	913,55	1	1.827,10	913,55
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	16	1.253.955,66	626.977,83	16	1.253.955,66	626.977,83

Tabela 17 - Pedidos de Apoio Contratados

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
LVT	3	199.416,76	99.708,38	3	199.416,76	99.708,38
Alentejo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	3	199.416,76	99.708,38	3	199.416,76	99.708,38

Tabela 18 - Pedidos de Apoio Pagos

Relativamente ao contributo para o Plano de Acção e Planos de Actividades da RRN, os pedidos de apoio incidem sobre as Temáticas e Actividades/Acções descritas na tabela seguinte.

Temáticas	Actividades/Acções
Avaliação do Impacto das Políticas com Incidência no Mundo Rural em Domínios Específicos	3.1
	3.2
	3.3
	3.4
Apoio à Implementação do Quadro de Acompanhamento e Avaliação dos PDR	3.2
Análise de Políticas de Desenvolvimento Rural/Articulação com outras Políticas com Incidência no Território	3.3
	3.4
Acompanhamento do Processo de Avaliação nas suas Competências Contínua, Intercalar e Final	3.3
Elaboração de Estudos Evolução de Dinâmicas Mundo Rural	

Tabela 19 - Temáticas e Actividades da Área de Intervenção 3

2.4.4 ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 – FACILITAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Foram apresentados 38 pedidos de apoio dos quais foram aprovados 8 pedidos de apoio referentes à prioridade Facilitação do Acesso à Informação, correspondendo a candidaturas isoladas.

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	1	43.350,40	21.675,20	1	43.350,40	21.675,20
LVT	5	1.180.385,00	590.192,50	5	1.180.385,00	590.192,50
Alentejo	2	103.817,03	51.908,52	2	103.817,03	51.908,52
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	8	1.327.552,43	663.776,22	8	1.327.552,43	663.776,22

Tabela 20 - Pedidos de Apoio Aprovados

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
LVT	4	975.431,00	487.715,50	4	975.431,00	487.715,50
Alentejo	1	36.979,46	18.489,73	1	36.979,46	18.489,73
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	5	1.012.410,46	506.205,23	5	1.012.410,46	506.205,23

Tabela 21 - Pedidos de Apoio Contratados

Euros						
Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
LVT	1	7.766,25	3.883,13	1	7.766,25	3.883,13
Alentejo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Algarve	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Madeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	1	7.766,25	3.883,13	1	7.766,25	3.883,13

Tabela 22 - Pedidos de Apoio Pagos

Relativamente ao contributo para o Plano de Acção e Planos de Actividades da RRN, os pedidos de apoio incidem sobre as Temáticas e Actividades/Acções descritas na tabela seguinte.

Temáticas	Actividades/Acções
Divulgação das Boas Práticas identificadas, assim como dos Produtos Resultantes do Funcionamento da Rede no Âmbito de Outras Áreas Intervenção	4.1 4.2 4.3
Informação sobre Novas Tecnologias, Novas Técnicas que respondam aos problemas dos Agentes Económicos e da População	
Programas de Desenvolvimento Rural e, em Geral, os Apoios ao Mundo Rural	

Tabela 23 - Temáticas e Actividades da Área de Intervenção 4

2.4.5 ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 – FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA RRN

Foram apresentados 27 pedidos de apoio dos quais foram aprovados 20 pedidos de apoio correspondendo na sua totalidade a candidaturas isoladas.

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	2	40.748,80	20.374,40	2	40.748,80	20.374,40
Centro	2	35.395,64	17.697,82	2	35.395,64	17.697,82
LVT	9	2.189.594,54	1.094.797,27	9	2.189.594,54	1.094.797,27
Alentejo	2	49.255,77	24.627,89	2	49.255,77	24.627,89
Algarve	2	34.871,84	17.435,92	2	34.871,84	17.435,92
Madeira	1	14.115,05	7.057,53	1	14.115,05	7.057,53
Açores	2	15.300,05	7.650,03	2	15.300,05	7.650,03
TOTAL	20	2.379.281,69	1.189.640,85	20	2.379.281,69	1.189.640,85

Tabela 24 - Pedidos de Apoio Aprovados

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	2	40.748,80	20.374,40	2	40.748,80	20.374,40
Centro	2	35.395,64	17.697,82	2	35.395,64	17.697,82
LVT	7	1.050.582,15	525.291,08	7	1.050.582,15	525.291,08
Alentejo	2	49.255,77	24.627,89	2	49.255,77	24.627,89
Algarve	2	34.871,84	17.435,92	2	34.871,84	17.435,92
Madeira	2	15.300,05	7.650,03	2	15.300,05	7.650,03
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	17	1.226.154,25	613.077,13	17	1.226.154,25	613.077,13

Tabela 25 - Pedidos de Apoio Contratados

Região	Ano de 2010			Acumulado até 2010		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Centro	2	26.188,88	13.094,44	2	26.188,88	13.094,44
LVT	5	490.550,74	245.275,37	5	490.550,74	245.275,37
Alentejo	1	18.071,88	9.035,94	1	18.071,88	9.035,94
Algarve	1	12.090,90	6.045,45	1	12.090,90	6.045,45
Madeira	1	5.551,09	2.775,55	1	5.551,09	2.775,55
Açores	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	10	552.453,49	276.226,75	10	552.453,49	276.226,75

Tabela 26 - Pedidos de Apoio Pagos

Relativamente ao contributo para o Plano de Acção e Planos de Actividades da RRN, as actividades e tarefas com incidência nesta Área de Intervenção foram detalhadas no ponto 1.4.2 do presente Relatório de Execução Anual.

Temáticas	Actividades/Acções
Articular e Coordenar com a RRE e com as Redes Nacionais dos restantes Estados Membros	5.1
Animar e Coordenar, a nível nacional, a actividade da RRN prevista no Plano de Acção	5.2
Elaborar e Implementar o Plano de Comunicação e Publicitação da RRN	5.3

Tabela 27 - Temáticas e Actividades da Área de Intervenção 5

3 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

No final de 2010, o total de pagamentos do PRN, totalizou o valor de 886.170,26 euros de despesa pública a que correspondeu o valor de 443.085,13 euros de comparticipação FEADER, o que em termos de Taxa de Execução (relação entre o fundo pago e o fundo programado) se situa num valor de 3,76%, para o período 2008-2013.

Quanto à Taxa de Realização (relação entre o fundo pago e o aprovado), este indicador apresenta uma taxa global de 16,33%, para o mesmo período, ocorrendo os valores mais elevados na Área de Intervenção 2 e 5, respectivamente com uma taxa de 37,19% e 23,22%.

Em resultado do valor apurado de pagamentos em 2010, constata-se que o PRN, cumpriu 75,16% do valor da fracção de 2008, do plano financeiro para o período 2008-2013, pelo que será sujeito a uma anulação automática do valor de 419.228,81 euros.

Pré-Financiamento	Autorização Orçamental	Despesa Declarada	Cumprimento Regra N + 2
(1)	(2)	(3)	(4) = [(1) + (3)] / (2)
825.158,00	1.687.472,00	443.085,13	75,16%

Tabela 28 - Cumprimento da Regra N+2

Apresenta-se de seguida a execução financeira até 2010, nos termos do disposto na alínea c) do Ponto B. do Anexo VII do Regulamento (CE) nº 1974/2006, de 15 de Dezembro.

Tipo de Despesa com a Rede Rural Nacional	Pagamentos em 2010	Euros
		Pagamentos Acumulados até 2010
A) Funcionamento da Estrutura da RRN	552.453,49	552.453,49
B) Execução do Plano de Acção da RRN	333.716,77	333.716,77
TOTAL	886.170,26	886.170,26

Tabela 29 - Execução Financeira do PRN



Programa para a Rede Rural Nacional

Decisão C(2006) 7640



Indicadores de Monitorização de Execução em 31/12/2010

Programa	Programação Financeira 2007-2013 [1]		Pedidos de Apoio Comprometidos/Aprovados				Pedidos de Apoio Contratados				Pagamentos				Indicadores			
	FEADER		Nº	Despesa Pública		FEADER		Nº	Despesa Pública		FEADER		FEADER	Taxa Compromissos 2007-2013	Taxa Contratação 2007-2013	Taxa Execução 2007-2013	Taxa Realização	
	Despesa Pública	Euros		Euros	Euros	Euros	Euros		Euros	Euros	Euros	Euros						
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=5/2	12=8/2	13=10/2	14=10/8				
Área de intervenção	23.575.950	11.787.375	51	5.427.038	2.713.519	44	3.832.719	1.916.353	886.170	443.085	23,02%	16,26%	3,76%	23,12%				
	Execução do Plano de Ação da RRN	18.880.780	8.430.330	31	3.047.767	1.623.878	27	2.808.686	1.303.282	333.718,77	168.868,38	18,18%	13,82%	1,77%	12,80%			
	Capitalização da Experiência e do Conhecimento	6.883.888	2.848.884	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%			
	Facilitação da Cooperação	3.638.383	1.788.188	8	340.188	170.088	8	340.188	170.088	128.634	63.287	8,82%	8,82%	3,68%	37,18%			
	Observação do Mundo Rural e da Implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural	3.638.383	1.788.188	17	1.380.068	680.003	18	1.253.868	628.978	188.417	98.708	38,02%	36,46%	6,84%	16,80%			
Facilitação do Acesso à Informação	6.883.888	2.848.884	8	1.327.662	683.778	6	1.012.410	608.206	7.788	3.883	22,62%	17,18%	0,13%	0,77%				
Funcionamento da Estrutura da Rede Rural	4.716.180	2.367.686	20	2.378.282	1.188.841	17	1.228.164	613.077	662.463	278.227	60,48%	28,00%	11,72%	46,08%				
Funcionamento da Rede Rural	4.716.180	2.367.686	20	2.378.282	1.188.841	17	1.228.164	613.077	662.463	278.227	60,48%	28,00%	11,72%	46,08%				

[1] - Distribuição indicativa constante do Plano de Ação 2007-2013

4 RESUMO DAS ACTIVIDADES DE AVALIAÇÃO

No ano de 2010 foi efectuada a Avaliação Intercalar do PRRN, a qual foi condicionada pelo facto de só em Agosto de 2010 terem sido reunidas as condições objectivas de implementação do PRRN, o que impediu a avaliação de aspectos associados à execução física e financeira. Neste contexto a avaliação recaiu sobretudo na observação dos fundamentos da institucionalização da RRN e no caminho do cumprimento dos objectivos.

Os resultados da avaliação respeitam a quatro grandes temáticas: a situação/funcionamento da RRN, missão/objectivos da RRN e do PRRN; logística de operacionalização do PRRN; gestão do PRRN.

4.1 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO INTERCALAR

Apresentam-se de seguida as recomendações e conclusões, naturalmente da responsabilidade da equipa de avaliadores independentes e que se afiguram mais relevantes, constantes do Relatório de Avaliação Intercalar.

A situação/funcionamento da RRN, caracteriza-se pela fragilidade do envolvimento dos seus membros e, por conseguinte, ainda se está longe da ultrapassagem dos obstáculos diagnosticados de ineficácia das políticas e relativamente aos quais a Rede Rural deve empenhar-se em contribuir para uma melhoria da situação. Se o escasso tempo que medeia desde a sua criação, a que acresce a adesão recente de novos membros, justificam, naturalmente, a situação, entende-se, todavia, que a questão nuclear reside na escassez de capital humano das entidades que no terreno procuram incentivar dinâmicas de desenvolvimento.

A recomendação lógica: difusão e aquisição de conhecimento e, por conseguinte, consolidação e reforço da capacidade de intervenção dos membros da RRN.

Em matéria de missão e objectivos da RRN e do PRRN, e tendo subjacente o respectivo contributo expectável para o alcance dos objectivos do PENDR e, com maior intensidade dos objectivos transversais: reforço da “coesão territorial e sectorial” e promoção da “eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial” – releva-se: (i) em geral, um ténue entrosamento com os agentes envolvidos em outras Medidas/Ações dos outros PDR (PRODER, PRODERAM e PRORURAL RURAL); (ii) entrosamento que, no entanto, se intensifica nas Medidas daqueles PDR com maiores afinidades aos domínios vocacionais das entidades membros da RRN – casos, por ex., das Medidas/Ações:

'funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação', 'cooperação LEADER para o desenvolvimento local, 'desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer', 'melhoria da qualidade de vida' 'criação e desenvolvimento de micro-empresas' ou 'redes temáticas de informação e divulgação'; (iii) as diferenças regionais (NUT III) no potencial ('capacidade') interventivo das entidades membros da RRN.

Assim, as recomendações: por um lado, intensificar os esforços da RRN e, em concreto, do PRRN – tendo em conta a especificidade de cada uma das suas Áreas de Intervenção -, na maior articulação com os agentes imbricados nas Medidas/Ações dos três outros PDR; em simultâneo, diligenciar orientações veiculadas às necessidades objectivas regionais/locais (as especificidades socioeconómicas dos territórios e das entidades dinamizadoras de desenvolvimento).

No domínio da logística de operacionalização do PRRN, assente exclusivamente na Administração Pública (MADRP), emergem os seguintes pontos conclusivos: (i) perante a missão que lhes está cometida – a dinamização da RRN –, associada à debilidade de capital humano dos membros da Rede, os poucos recursos humanos, a que acrescem nos mesmos desequilíbrios inter-regionais, afectos aos pontos focais da Estrutura Técnica de Animação (ETA); (ii) a premência, para lá do imperativo de recuperar o atraso na execução financeira do PRRN, do ganho de capacidade da unidade central da ETA ao nível, nomeadamente, das vertentes comunicacional (a facilitação de conteúdos no sítio na web) – a forte necessidade de articulação com os pontos focais na dinamização e acompanhamento da RRN e das actividades que se vão iniciar nas diferentes Áreas de Intervenção do PRRN - e decisória de candidaturas; (iii) o enorme desequilíbrio, no 1.º concurso do PRRN, na procura de pedidos de apoio entre Áreas de Intervenção; (iv) constituindo um objectivo intrínseco da Rede o reforço do intercâmbio entre todos os actores dos territórios rurais, as candidaturas presentes ao 1.º concurso do PRRN de “tipologia” isolada – em contraponto às em parceria – têm-se como em proporção muito elevada.

Das constatações assinaladas sobre a logística de operacionalização do PRRN, recomenda-se, agora, que se reanalisem, no âmbito dos Órgãos instituídos da Rede, os seguintes tópicos/questões:

- (i) Não poderá a ETA, sobretudo ao nível dos pontos focais, aumentar a sua possibilidade de desempenho por recursos humanos não exclusivos do MADRP, mormente advindos de entidades privadas membros da RRN?(ii)
- (ii) A capacidade de decisão sobre candidaturas ao PRRN não poderá ser agilizada, quer por simplificação dos critérios e subcritérios da fórmula de avaliação da valia das operações, quer através do alargamento do “painel” de avaliadores (não

exclusivamente a cargo do secretariado técnico da ETA) a membros da RRN (ou por si indicados), a nível central e ou de ponto focal regional?

- (iii) Que especificações de conteúdo/âmbito de acção deverão ser formalizadas em cada uma das Áreas de Intervenção do PRRN?
- (iv) Não se justificará introduzir critérios de doseamento do envolvimento das entidades de natureza nacional ou regional/local em conformidade com as acções das Áreas de Intervenção?
- (v) Em ligação estreita com o questionamento anterior, não será pertinente introduzir regras condicionadoras aos concursos em função de temáticas determinadas das Áreas de Intervenção, por grupos específicos de entidades membros da Rede ou por situações geográficas/territoriais particulares? – Faz sentido, em concreto, a proliferação do surgimento de pedidos de apoio no formato de entidade “isolada”?
- (vi) Quais as actividades segregadas em cada uma das Áreas de Intervenção que, em futuras candidaturas, poderiam contar com possibilidade decisória de financiamento a nível regional?

Quanto à gestão do PRRN, tendo em conta os comentários emitidos pela Governação, tão só se recomenda a (re)análise: (i) Dos indicadores “de realização, de resultado e de impacto e respectivas metas”, que estão consignados, à luz dos objectivos das acções delineados em cada Área de Intervenção. (ii) Das variáveis/indicadores que integram o sistema de informação do PRRN (o ajustamento de dados de acção/objectivos do Programa e os de índole financeira da responsabilidade do IFAP). (iii) Da alocação (mais eficiente) dos recursos humanos da estrutura organizativa à missão da RRN/PRRN.

5 MEDIDAS ADOPTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

5.1 MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

5.1.1 ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da execução das operações do PRRN, corresponde regra geral ao momento do fecho das operações o qual por sua vez está associado à apresentação do último pedido de pagamento. Para este efeito, a decisão da Autoridade de Gestão (AG) em associar as entidades regionais do Continente e Regiões Autónomas, permite, face à proximidade, gerar melhores condições para o exercício desta tarefa.

A actuação no terreno destas entidades, está suportada através de Protocolo de Articulação Funcional com o IFAP, IP, que é igualmente o Organismo Pagador, sendo aplicados os Normativos específicos definidos por este Organismo.

Face ao ritmo de aprovações e execução financeira do PRRN, no ano de 2010, terem coincidido com o final do ano, não foram contabilizadas acções de acompanhamento e de verificação física no local, relativas às operações pagas.

5.1.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO

No ano de 2010, a Autoridade de Gestão (AG) do PRRN efectuou um trabalho conjunto e em estreita colaboração com o IFAP, IP o que permitiu assegurar a adaptabilidade e funcionalidade do seu sistema de informação, às necessidades do PRRN.

Foram garantidos de forma faseada os módulos de registo, análise, decisão, contratação e pagamento, numa 1ª fase aplicados à Área de Intervenção 5 e posteriormente para as restantes Áreas de Intervenção. Estes módulos incluíram os modelos de análise e de controlo administrativo relativos a todas as Áreas de Intervenção do PRRN, sendo igualmente asseguradas a obtenção de listagens de suporte a cada uma das fases.

5.1.3 ACREDITAÇÃO DO ORGANISMO PAGADOR

Decorrente do Decreto-Lei nº 87/2007, de 29 de Março, o IFAP, IP é designado como Organismo Pagador (OP) para Portugal das despesas financiadas pelo FEADER, a IGF procedeu à

verificação do cumprimento dos critérios de Acreditação do OP, associados aos procedimentos de entrada dos pedidos de apoio até à contratação entre os promotores e o IFAP, IP.

Este processo de Acreditação do IFAP, IP como Organismo Pagador, decorreu de forma faseada, e com a identificação de recomendações específicas.

Área de Intervenção	Recomendações	Entidade	Data Acreditação
5	A Revisão das suas Normas Transversais aplicáveis ao PRRN, de modo a ajustá-las às especificidades deste programa – 30 de Setembro	IFAP	14 de Setembro
	A emissão da Norma de Procedimento Externa, relativa a mecanismos de Controlo Interno – 30 de Setembro	IFAP	
	A Conclusão do Manual de Procedimentos, de forma a dispor de um adequado instrumento de gestão e controlo – 30 de Setembro	AG	
	Conclusão dos Módulos Aplicacionais do SIIFAP para todas as Áreas de Intervenção do PRRN – 30 de Setembro	IFAP AG	

Área de Intervenção	Recomendações	Entidade	Data Acreditação
1 a 4	A Revisão das suas Normas Transversais aplicáveis ao PRRN, de modo a ajustá-las às especificidades deste programa	IFAP	6 de Dezembro
	Revisão do Protocolo celebrado com a AG, assegurando no entanto que essa entidade implementa mecanismos adequados de controlo interno	IFAP	
	A Conclusão do Manual de Procedimentos, de forma a dispor de um adequado instrumento de gestão e controlo – 30 de Setembro	AG	
	Estabelecimento de Protocolo com procedimentos a realizar na recepção e análise dos pedidos de pagamento, bem como nos controlos <i>in loco</i> às operações do PRRN, caso essas funções sejam delegadas noutras entidades	IFAP	

5.2 EXAME ANUAL DO PRRN

Durante ao ano de 2010 a Comissão Europeia realizou dois encontros com as Autoridades Nacionais.

O primeiro encontro realizou-se em 27 de Janeiro e teve como principal objectivo avaliar:

- ✓ A estrutura organizacional da RRN e do PRRN
- ✓ Ponto de Situação da implementação do Programa e das Actividades planeadas

- ✓ Avaliação do PRN
- ✓ Participação de representantes da RRN nas reuniões da Rede Rural Europeia

Do encontro realizado, os serviços da Comissão apresentaram em 16 de Março as seguintes observações, as quais foram transmitidas aos membros do Comité de Acompanhamento na reunião que se realizou em 13 de Dezembro:

- Sejam tomadas medidas que acelerem a execução do PRN, dado o sério risco de anulação automática das dotações relativas ao ano de 2008;
- Simplificação e racionalização da actual estrutura de funcionamento do PRN;
- Conclusão dos trabalhos referentes à avaliação contínua e intercalar

O segundo encontro realizou-se em 13 de Dezembro e teve como principal objectivo avaliar:

- ✓ Gestão do PRN – Ponto de situação
- ✓ Sistema de Avaliação e Informação
- ✓ Relações com o Organismo Pagador, ponto de situação
- ✓ Rede Europeia de Desenvolvimento Rural

Do encontro realizado, os serviços da Comissão apresentaram em 1 de Março de 2011, as suas observações onde expressam a sua preocupação relativa à baixa execução do PRN e o risco potencial de anulação de verbas no final de 2011 e 2012, sendo solicitada à Gestão do PRN a tomada de medidas necessárias a inverter este risco.

5.3 COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

No ano de 2010, foi realizado o segundo Comité de Acompanhamento, que ocorreu em 13 de Dezembro, em substituição da reunião normalmente calendarizada para o mês de Junho, por razões que resultaram directamente da alteração do novo modelo de gestão e governação, que determinou a transferência do GPP para a DGADR em 16 de Junho, das responsabilidades de gestão da RRN e do PRN.

Neste contexto, os membros do Comité de Acompanhamento foram consultados sobre o Relatório de Execução Anual de 2009, através de consulta escrita em 18 de Junho, tendo posteriormente, a versão final, sido submetida em 30 de Junho à Comissão Europeia.

Por outro lado e por solicitação da Comissão Europeia decorreu em 9 de Julho uma reunião com os representantes da COM, com o objectivo de se efectuar uma avaliação do PRN e da implementação de medidas para a sua boa execução, tendo como base as observações expressas no documento de follow-up do Exame Anual do PRN, realizado em 27 de Janeiro. Nesta reunião, foram transmitidas as informações inerentes ao processo em curso, bem como a agenda futura de abertura de candidaturas aos apoios do PRN, tendo sido identificado o valor de 6MEuros, como valor de despesa pública a considerar no 1º Aviso, montante apurado na sequência de trabalho conjunto realizado entre o GPP e a DGADR, sobre um universo de iniciativas potencialmente concretizadas e com base em informação dos respectivos promotores.

No que diz respeito ao processo de avaliação intercalar do PRN, foi transmitido aos serviços da Comissão Europeia, não ter sido ainda lançado formalmente o concurso para adjudicação da equipa de avaliadores independentes, dado que, à data da presente reunião, não tinha ocorrido a publicação da legislação que cria a Autoridade de Gestão do PRN, após ter sido definido este órgão de gestão em 16 de Junho, pela publicação do Decreto-Lei nº 69/2010. No entanto foi referido, estarem concluídas todos os elementos que constituem o caderno de encargos.

Na reunião, correspondente ao segundo Comité de Acompanhamento, realizada em Dezembro, e atendendo ao facto de o ano de 2010 ter correspondido à alteração do modelo de governação e de gestão, foi efectuado um balanço das actividades desenvolvidas associadas à operacionalização do sistema de gestão do PRN, à abertura de candidaturas em todas as Áreas de Intervenção e às conclusões preliminares da Avaliação Intercalar. Foi apresentado o ponto de situação da análise e decisão de candidaturas ao PRN, em resultado da publicação do 1º Aviso e do 1º Período de abertura de candidaturas à Área de Intervenção 5.

Ainda na referida reunião, foi aprovada a alteração do Regulamento Interno do Comité, no sentido de acolher as alterações decorrentes da publicação do Decreto-Lei nº 69/2010, de 16 de Junho e ao ajustamento dos membros efectivos com direito a voto.

O Relatório de Execução Anual de 2009, apesar de aprovado por procedimento escrito, foi apresentado na reunião de Dezembro de 2010, tendo havido oportunidade para serem efectuadas as devidas reflexões, bem como as conclusões do Exame Anual ao PRN de 2009, realizado em 27 de Janeiro de 2010.

5.4 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJECTO DE PUBLICIDADE

O processo de alteração do modelo de governação e de gestão do PRN, veio a partir de Agosto de 2010 a permitir que fossem criadas condições para a operacionalização do PRN, em todas as

suas vertentes. Este facto determinou condições para a definição formal de um Plano de Comunicação e em simultâneo a publicação e divulgação de regras explícitas de publicitação.

Pese embora, não ocorrerem orientações específicas sobre publicitação, os membros da RRN tinham presente que os apoios concedidos no PRRN, estavam regulados em termos de matéria de publicitação pela regulamentação de suporte ao FEADER, situação que, induzida pela falta de apoios directos às iniciativas da RRN, originou um reduzido nível de investimento em matéria de publicitação, com impacto directo na visibilidade da RRN e do PRRN.

Apesar de meios reduzidos e pouco explícitos, a divulgação e actuação do PRRN, junto dos potenciais beneficiários e da população em geral foi assegurado através de estratégia de comunicação que se consubstanciou essencialmente em:

✓ **Website da RRN e do PRRN**

Foi assegurado o acesso a todos os interessados a informação actualizada sobre a RRN e as suas actividades nacionais e internacionais, como seja a articulação com a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural ou a identificação de projectos inovadores.

Por outro lado e a partir de Agosto, com a criação da Autoridade de Gestão, foi possível igualmente disponibilizar um website dedicado a toda a informação subjacente aos apoios disponíveis no PRRN e os suportes normativos e orientativos de suporte.

Em conjunto estes dois sites foram responsáveis no ano de 2010, pelo acesso de mais de 13 mil utilizadores absolutos únicos.



✓ **Publicação de Regras de Publicitação do PRRN**

Revestiu-se de importância significativa, a publicação da primeira norma sobre regras de publicitação aos apoios do PRRN, constituindo-se desta forma um veículo fundamental para assegurar a publicitação do PRRN, em consonância com as regras definidas pela Comissão Europeia.

Desta forma, os pedidos de apoio aprovados e contratados em 2010, puderam usufruir de regras inequívocas, o que permitiu assegurar que os produtos finais cumprem todas as obrigações.

✓ **Eventos Públicos**

Foi possível concretizar, com maior relevância, 2 sessões públicas de divulgação, associadas à temática da discussão da PAC pós 2013, que tiveram lugar em Oeiras e Santarém.

Como meio de visibilidade do arranque da execução do PRRN, foi concretizada em Dezembro, uma sessão pública de assinatura de contratos abrangendo as Áreas de Intervenção 2, 3 e 4, que teve lugar em Lisboa.

5.5 RESUMO DE PROBLEMAS VERIFICADOS NA GESTÃO DO PRRN E MEDIDAS TOMADAS

O ano de 2010 centrou-se fundamentalmente na criação e consolidação do modelo de governação e de gestão do PRRN, em resultado da decisão tomada pelo XVIII Governo Constitucional, de promover a referida reestruturação da RRN e do PRRN.

Assim, destacam-se os seguintes problemas verificados com que foi confrontada a Gestão do PRRN:

✓ **Morosidade do processo legislativo, que respondeu à decisão de alterar o modelo de governação e de gestão do PRRN.**

A orientação de mudança foi avaliada e decidida em 2009, no entanto veio a verificar-se:

- que o Decreto-Lei nº 69/2010 que transfere a gestão da RRN e do PRRN só é publicado em Junho;
- que a Autoridade de Gestão do PRRN (Gestor e Secretariado Técnico), é criada por Despacho nº 12416/2010 publicado em 2 de Agosto;

o que gerou dificuldades acrescidas na operacionalização do PRRN com impacto directo nas condições necessárias à assumpção de compromissos, face à programação

✓ **Nível reduzido de execução ou não execução das iniciativas propostas pelos membros da RRN.**

O apuramento efectuado junto dos membros da RRN, sobre a taxa de execução das iniciativas propostas aquando da aprovação dos Planos de Actividades de 2009 e 2010, permitiu constatar:

- que um número significativo das iniciativas não arrancou no terreno, por não ter sido assegurado pela Gestão do PRRN, o respectivo financiamento;
- que um número não muito elevado de iniciativas foi concretizado, mas a um nível de custo abaixo do previsto, motivado pela decisão dos promotores em não avançarem com determinados investimentos, por não ter sido assegurado pela Gestão do PRRN, o respectivo financiamento;

✓ **Definição do Aviso de Abertura de Candidaturas**

Os membros da RRN encontraram-se impedidos de se candidatar a apoios ao PRRN, em virtude de não ter sido operacionalizado o respectivo sistema de gestão, desde a data de

aprovação do PRRN em 3 de Dezembro de 2008. A RRN e os seus membros apresentaram e aprovaram iniciativas, que não puderam ser assumidas no contexto do PRRN, por falta de instrumentos de gestão e de acreditação por parte da IGF.

A abertura de candidaturas veio a ocorrer em Agosto, após a criação da Autoridade de Gestão, e após terem sido reunidas as condições para o efeito, junto do Organismo Pagador e da IGF, tendo ocorrido a necessidade em compatibilizar os conteúdos dos Planos de Actividades de 2009 e 2010 e o Plano de Acção.

Esta tarefa acabou por não ser fácil, tendo o Aviso ficado muito aberto, de modo a poder consagrar iniciativas plurianuais e de natureza isolada ou em parceria.

✓ **Constituição do Secretariado Técnico**

O Secretariado Técnico tal como previsto no Despacho nº 12416/2010, publicado em 2 de Agosto, inclui 7 recursos humanos, para além do Secretário Técnico (Chefe de Projecto).

Esta estrutura técnica iniciou funções com 4 recursos humanos, tendo apenas em Outubro sido possível completar toda a sua capacidade, com a inclusão de mais 3 recursos humanos.

Resulta claro, o impacto negativo na capacidade de resposta do Secretariado Técnico, quer no processo de análise das candidaturas entretanto apresentadas a todas as Áreas de Intervenção, quer para responder adequadamente às restantes atribuições e competências.

✓ **Análise de candidaturas da Área de Intervenção 1**

O aviso nº1 relativo ao Concurso para apresentação de candidaturas ao PRRN, o qual terminou em 13 de Setembro, determinou a recepção de mais de 200 pedidos de apoio relativos à Área de Intervenção 1.

Para além desta situação, o facto de à data, o Secretariado Técnico não estar totalmente constituído, faltando-lhe 3 recursos humanos, originou dificuldade por parte da Autoridade de Gestão em promover atempadamente a decisão destas candidaturas.

A Autoridade de Gestão perante a situação, efectuou nesse período contacto com várias entidades regionais do Continente (DRAP), a fim de ser avaliado o seu apoio à tarefa de análise das candidaturas, designadamente da Área 1, permitindo o reforço de recursos. No

entanto, não foi possível obter o apoio de todas as estruturas, o que determinou o recurso ao pedido de autorização de adjudicação de entidade externa.

Consciente do resultado relativo à Área de Intervenção 1, a Autoridade de Gestão convocou todos os promotores do PRRN, com candidaturas nesta área de intervenção, tendo reunido em Novembro para dar conhecimento do processo de análise de todas as áreas de intervenção, das dificuldades em concluir o processo da AI1 em 2010 e da necessidade em recorrer a entidade externa.

✓ **Acreditação do Organismo Pagador**

O processo de acreditação do Organismo Pagador, relativamente ao PRRN e para os procedimentos de recepção, análise, decisão e contratação, foi efectuado de forma faseada, situação aceite pela IGF.

Face ao calendário previsto, a Acreditação do OP para a Área de Intervenção 5, ocorreu em Setembro, podendo considerar-se dentro dos limites previstos e não condicionando um dos compromissos assumidos com a Comissão Europeia, de ser apresentado uma primeira declaração de despesa até 15 de Outubro, facto que veio a ocorrer.

Quanto à acreditação do OP para as restantes Áreas de Intervenção, o processo de validação pela IGF deveria ter ocorrido em Outubro, tendo apenas ocorrido em finais de Novembro. Este facto resultou fundamentalmente da não resposta do Organismo Pagador, dentro dos prazos previstos, ou seja até 30 de Setembro, a parte das recomendações efectuadas pela IGF no Acto de Acreditação da AI5, o que impediu a AG de solicitar a respectiva auditoria.

A Autoridade de Gestão, ciente da importância que esta acreditação tinha para os níveis de execução do PRRN e para o cumprimento da regra n+2, atempadamente notificou o Organismo Pagador (OP) entre Outubro e Novembro, no sentido de serem reunidas as condições para o processo avançar, não lhe tendo sido possível evitar o atraso ocorrido.

✓ **A implementação de regras restritivas ao investimento público**

O ano de 2010 é também um ano onde são implementadas distintas medidas de combate ao deficit externo, tendo em Junho de 2010 sido publicada legislação que aumentava o nível de exigência relativamente à execução despesas de investimento por parte das entidades publicas.

Este facto contribuiu de forma significativa para uma redução do nível de execução dos pedidos de apoio das entidades públicas que se encontram associadas ao funcionamento e gestão da RRN e do PRRN, motivada pelo processo mais burocrático de obtenção de autorização prévia para a realização de despesa.

É admitir em jeito de antevisão que estas dificuldades, face ao contexto futuro, venham a existir ou mesmo a aumentar.

6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLITICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2010, as aplicáveis especificamente ao PRRN, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

Contratação Pública

Destaca-se, dada a sua relevância no contexto dos apoios concedidos no âmbito do PRRN, onde estão presentes inúmeros beneficiários públicos, o cumprimento das regras relativas à contratação pública, as quais mereceram a atenção da Autoridade de Gestão (AG), sendo acauteladas através de controlo administrativo efectuado a todas as operações que estejam sujeitas às regras da concorrência e dos contratos públicos, previstos na legislação em vigor.

A Autoridade de Gestão (AG) publicou igualmente um normativo específico de enquadramento, onde os potenciais beneficiários, podem avaliar o seu enquadramento.

Igualdade de Géneros

No que diz respeito ao cumprimento das regras relativas à igualdade de géneros e à não discriminação, o PRRN no seu processo de comunicação e de informação abrange todos os potenciais interessados, incluindo no processo de consulta a agentes económicos e sócias, organizações representativas das mulheres em meio rural.

7 ANEXOS

7.1 LISTA DE MEMBROS DA REDE RURAL NACIONAL EM 2010

REGIÃO	DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL	DATA ADMISSÃO
Nacional	Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)	23-03-2009
Alentejo	ADER-AL - Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte do	03-04-2009
Alentejo	ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano	03-04-2009
Alentejo	Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural	03-04-2009
Alentejo	Esdime - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, Crl.	03-04-2009
Alentejo	ICAM - Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas/ Universidade de Évora	03-04-2009
Alentejo	Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. - Delegação Regional do	03-04-2009
Alentejo	Leadersor - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor	03-04-2009
Alentejo	Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, ACE	03-04-2009
Alentejo	Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado	03-04-2009
Nacional	LPN - Liga para a Protecção da Natureza	03-04-2009
Nacional	DGADR - Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	06-04-2009
Nacional	Observatório QREN	06-04-2009
LVT	Direcção Regional de Agricultura e Pescas LVT	07-04-2009
LVT	NERLEI - Associação Empresarial Região Leiria	07-04-2009
Alentejo	Escola Superior Agrária de Elvas	08-04-2009
Nacional	ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias	09-04-2009
Nacional	Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento	09-04-2009
Nacional	SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves	09-04-2009
Madeira	AJAMPS - Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo	14-04-2009
Madeira	Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Secretaria	14-04-2009
Nacional	AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	14-04-2009
LVT	ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte	15-04-2009
LVT	APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do	15-04-2009
LVT	CHARNECA RIBATEJANA	15-04-2009
LVT	CVR da Península de Setúbal	15-04-2009
Madeira	ADRAMA - Associação para o Desenvolvimento da RAM	15-04-2009
Nacional	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	15-04-2009
Norte	CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito	15-04-2009
LVT	Fundação João XXIII - Casa do Oeste	16-04-2009
Madeira	ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da RAM	16-04-2009
Madeira	ADERAM - Agência de Desenvolvimento da R.A. Madeira	16-04-2009
Madeira	Direcção Regional do Ambiente da RAM	16-04-2009
Madeira	Parque Natural da Madeira	16-04-2009
Madeira	Direcção Regional de Informação Geográfica e Ordenamento do Território -	16-04-2009
Nacional	CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal	16-04-2009
LVT	AFLOPS - Associação de Produtores Florestais	17-04-2009
Madeira	Centro de Segurança Social da Madeira - Secretaria Regional dos Assuntos	17-04-2009

REGIÃO	DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL	DATA ADMISSÃO
Madeira	Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM	17-04-2009
Madeira	Madeira Rural - Associação de Turismo em Espaço Rural	17-04-2009
Nacional	APDR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional	17-04-2009
Alentejo	NERPOR - Núcleo Empresarial da Região de Portalegre	20-04-2009
Madeira	Direcção Regional do Trabalho - Secretaria Regional dos Recursos Humanos	20-04-2009
LVT	AGROCAMPREST, CRL	21-04-2009
LVT	Agrotejo-União Agrícola do Norte do vale do Tejo	21-04-2009
Madeira	Direcção Regional dos Assuntos Culturais - Secretaria Regional de Educação	21-04-2009
Norte	Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes	21-04-2009
LVT	TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior	23-04-2009
Centro	AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego	24-04-2009
Centro	ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	24-04-2009
Centro	ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão	24-04-2009
Centro	ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva	24-04-2009
Centro	ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul	24-04-2009
Centro	ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra	24-04-2009
Centro	ADICES - Associação de Desenvolvimento Local	24-04-2009
Centro	ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul	24-04-2009
Centro	ADRL - Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões	24-04-2009
Centro	ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela	24-04-2009
Centro	Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior	24-04-2009
Centro	Beiragado - Produtores de Ovinos-Caprinos-Bovinos de Castelo Branco	24-04-2009
Centro	CASSEPEDRO - Cooperativa Agro-Pecuária de S. Pedro do Sul	24-04-2009
Centro	Cooperativa Agrícola de Produtores de Fruta dos Concelhos de Leiria e	24-04-2009
Centro	ELOZ - Entre a Serra da Lousã e o Zêzere (GAL sem estatuto jurídico)	24-04-2009
Centro	IPV - Instituto Politécnico de Viseu	24-04-2009
Centro	LOUSAMEL - Cooperativa Agrícola dos Apicultores da Lousã e Concelhos	24-04-2009
Centro	Montes da Raia - Agupamento de Produtores de Carne, Lda.	24-04-2009
Centro	Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul	24-04-2009
Centro	Pro-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte	24-04-2009
Centro	Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira	24-04-2009
Centro	Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento	24-04-2009
Nacional	Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	24-04-2009
Norte	ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega	24-04-2009
Norte	DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e do Desenvolvimento do	24-04-2009
Norte	SOL DO AVE - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do AVE	24-04-2009
Madeira	Associação de Agricultores da Madeira	27-04-2009
Norte	ADIRMINHO - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Minho	27-04-2009

REGIÃO	DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL	DATA ADMISSÃO
Norte	ADRIEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de	27-04-2009
Norte	AOTAD - Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes de Alto Douro	27-04-2009
Norte	APK - Associação Portuguesa de Kiwicultores	27-04-2009
Norte	ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem,	27-04-2009
Norte	COAGRIMONTE - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata para	27-04-2009
Norte	Cooperativa Agrícola de Vila Real	27-04-2009
Norte	Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança	27-04-2009
Norte	ADRIL - Associação de Desenvolvimento Integrado do Lima	28-04-2009
Norte	ADRIAMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de	28-04-2009
Norte	ANCRA - Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa	28-04-2009
Norte	Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca	28-04-2009
Algarve	Direcção Regional de Agricultura e Pescas Algarve	30-04-2009
Madeira	Direcção Regional do Turismo - Secretaria Regional do Turismo e Transportes	30-04-2009
Norte	Direcção Regional de Agricultura e Pescas Norte	30-04-2009
Norte	Probasto - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto	30-04-2009
Nacional	Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza	05-05-2009
Norte	CoraNE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina	05-05-2009
Norte	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte	06-05-2009
Norte	DESTEQUE - Associação para o desenvolvimento da Terra Quente	06-05-2009
Centro	Beira Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro	07-05-2009
Madeira	AMRAM - Associação de Municípios da RAM	07-05-2009
Norte	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	07-05-2009
Norte	Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes	08-05-2009
Norte	Cooperativa de Produtores de Cabrito de Raça Serrana - CAPRISERRA	08-05-2009
Norte	Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana	08-05-2009
Norte	Direcção de Serviços Veterinários da Região Norte	08-05-2009
Norte	Direcção de Serviços da Autoridade Florestal - Norte	08-05-2009
Norte	Cooperativa Agro Pecuária Mirandesa	11-05-2009
Alentejo	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	12-05-2009
Alentejo	AJASUL - Associação de Jovens Agricultores do Sul	12-05-2009
Alentejo	AMNA - Associação de Municípios do Norte Alentejano	12-05-2009
Alentejo	Direcção Regional de Agricultura e Pescas Alentejo	12-05-2009
Alentejo	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa	12-05-2009
Alentejo	Rede de Turismo de Aldeia do Alentejo	12-05-2009
Alentejo	Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento integrado - GAL "Margem	12-05-2009
Madeira	AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da RAM	12-05-2009
Madeira	SRARN - Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	12-05-2009
Madeira	Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia (Vice-Presidência RAM)	13-05-2009

REGIÃO	DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL	DATA ADMISSÃO
Norte	Associação Douro Histórico	13-05-2009
Norte	Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes	13-05-2009
Norte	Comunidade Intermunicipal do Douro	13-05-2009
Norte	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	14-05-2009
Norte	Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Moncorvo, CRL	19-05-2009
Norte	Turismo do Porto e Norte de Portugal	19-05-2009
Nacional	BALADI - Federação Nacional dos Baldios	21-05-2009
Norte	Escola Superior Agrária/ Instituto Politécnico de Viana do Castelo	24-05-2009
Açores	ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento	26-05-2009
Nacional	CNJ	28-05-2009
Norte	ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa.	29-05-2009
Centro	Direcção Regional de Agricultura e Pescas Centro	02-06-2009
Centro	ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	02-06-2009
Açores	ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural	08-06-2009
LVT	Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto Português da	16-06-2009
Açores	Secretaria Regional da Agricultura e Florestas - Açores	29-06-2009
Algarve	Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do	30-06-2009
Algarve	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	30-06-2009
Algarve	Associação IN LOCO, Intervenção, Formação e Estudos para o	30-06-2009
Algarve	ATBG - Associação Terras do Baixo Guadiana	30-06-2009
Algarve	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Algarve	30-06-2009
Algarve	Direcção Regional de Educação do Algarve	30-06-2009
Algarve	Federação de Caçadores do Algarve	30-06-2009
Algarve	Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, S.A.	30-06-2009
Algarve	Inovinter – Centro de Formação e de Inovação Tecnológica	30-06-2009
Algarve	NERA - Associação empresarial da Região do Algarve	30-06-2009
Algarve	Turismo do Algarve	30-06-2009
Algarve	UNAF – União das Associações Florestais do Algarve	30-06-2009
Algarve	UNIPROFRUTAL - União dos Produtores Hortofrutícolas do Algarve	30-06-2009
Algarve	Universidade do Algarve	30-06-2009
Algarve	Vicentina - Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Algarve	30-06-2009
Norte	ACEB - Associação para a Cooperação entre Baldios	30-06-2009
Norte	APA - Associação de Agricultores do porto	30-06-2009
Norte	APL - Associação de Produtores de Leite	30-06-2009
Norte	ARAAM - Associação regional dos Agricultores do Alto Minho	30-06-2009
Norte	Associação de Defesa da Floresta do Minho	30-06-2009
Norte	Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga	30-06-2009
Norte	FAGRORURAL – Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas	30-06-2009

REGIÃO	DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL	DATA ADMISSÃO
Centro	ALDA - Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro	02-07-2009
Centro	APOR - Associação Portuguesa dos Orizicultores	02-07-2009
Centro	SEBALDIC - Associação dos Baldios e Produtos Florestais do Centro	02-07-2009
Centro	Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria	09-07-2009
Açores	ADELIAÇOR - Associação para o desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores	14-07-2009
Centro	Município de Penela	14-07-2009
LVT	Comunidade Intermunicipal do Oeste	17-07-2009
Norte	Cooperativa Agrícola de Penela da Beira	05-08-2009
Norte	LEICAR - Associação dos produtores de leite e carne	01-09-2009
LVT	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	02-09-2009
LVT	LeaderOeste - Associação para o Desenvolvimento Rural	03-09-2009
Norte	Douro Superior, Associação de Desenvolvimento	04-09-2009
Alentejo	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior Agrária	09-09-2009
Norte	UERN – União das Associações Empresariais da Região Norte	24-09-2009
Alentejo	Município de Portalegre	25-09-2009
Norte	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE CHAVES, CRL	30-09-2009
Açores	Associação Agrícola da Ilha Terceira	01-10-2009
Açores	IAMA - Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas	02-10-2009
Açores	AgroJorge - Cooperativa de desenvolvimento Agrícola e Pecuária de S. Jorge	06-10-2009
Açores	GRATER - Associação de Desenvolvimento Rural	13-10-2009
Açores	Associação Agrícola de São Miguel	14-10-2009
Açores	Direcção Regional dos Recursos Florestais	16-10-2009
Açores	UNICOL - União das Cooperativas de Lacticínios Terceirenses, UCRL	17-10-2009
Açores	AJAT - Associação dos Jovens Agricultores Terceirenses	19-10-2009
Açores	CALF - Cooperativa Agrícola de Lacticíneos do Faial	22-10-2009
Norte	Calcedónia - Fundação para o Desenvolvimento Rural	27-10-2009
Norte	Universidade do Porto	27-10-2009
Norte	Associação de Desenvolvimento Rural, Mútua de Seguros e Multi-Serviços –	28-10-2009
Norte	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Noroeste, Crl	29-10-2009
Nacional	Fórum Florestal	02-11-2009
Alentejo	FAABA - Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo	05-11-2009
Nacional	AG PROMAR - Autoridade de Gestão	06-11-2009
Nacional	Entidade Regional, Turismo do Douro	10-11-2009
Nacional	MARP - Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas	10-11-2009
Nacional	CNA - Confederação Nacional da Agricultura	12-11-2009
Alentejo	CRIE Montado	18-11-2009
Centro	ADAG – Associação Distrital dos Agricultores da Guarda	19-11-2009
LVT	ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de	24-11-2009

REGIÃO	DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL	DATA ADMISSÃO
Alentejo	Associação de Agricultores do Campo Branco	02-12-2009
Alentejo	ADCMoura - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura	14-12-2009
Norte	Vale-e-mar Comunidade urbana	22-12-2009
Centro	Universidade de Aveiro	11-02-2010
Norte	IDARN - Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte	25-02-2010
Nacional	ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento	16-03-2010
LVT	ICE - Instituto das Comunidades Educativas	19-03-2010
Nacional	Associação dos Vinhos Históricos de Portugal	22-03-2010
Norte	COFAFE - Cooperativa dos produtores agrícolas de Fafe, Crl	07-05-2010
Nacional	FNAPF - Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais	10-05-2010
Centro	ESAC- Escola Superior Agrária de Coimbra	11-05-2010
Madeira	Direcção Regional de Florestas - RAM	19-05-2010
Alentejo	ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola	02-08-2010
Centro	Escola Superior Agrária - Instituto Politécnico de Castelo Branco	04-08-2010
Algarve	Autoridade Florestal Nacional – Direcção Regional das Florestas do Algarve	05-08-2010
Alentejo	Vitifrades, Associação de Desenvolvimento Local	06-08-2010
LVT	Instituto Superior de Agronomia	06-08-2010
Norte	TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação	06-08-2010
Norte	ATA – Associação do Turismo de Aldeia	06-08-2010
Centro	CAULE - Associação Florestal da Beira Serra	12-08-2010
Centro	SOLO VIVO - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Local, Rural,	12-08-2010
Nacional	INOVISA - Associação para a inovação e o desenvolvimento empresarial	12-08-2010
Norte	FERA – Federação Nacional das Associações de Raças Autóctones	16-08-2010
Alentejo	Federação Alentejana de Caçadores	19-08-2010
Alentejo	Associação de Beneficiários do Roxo	20-08-2010
Alentejo	Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre	20-08-2010
Norte	ADM - Agência de Desenvolvimento Local de Melgaço	20-08-2010
Norte	AFVS - Associação Florestal do Vale do Sousa	20-08-2010
Norte	AFACC - Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	20-08-2010
Norte	ADEMIR - Associação de Desenvolvimento do Minho Rural	20-08-2010
Alentejo	Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio	31-08-2010
Alentejo	ANPOC - Associação Nacional de Produtores de Cereais, Oleaginosas e	02-09-2010
LVT	FENAREG - Federação Nacional de Regantes de Portugal	02-09-2010
Nacional	APDEA - Associação Portuguesa de Economia Agrária	02-09-2010
Nacional	Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P.	03-09-2010
Norte	CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais (associação privada, de utilidade	03-09-2010
Norte	AMIBA - Associação de Criadores de Bovinos de Raça Barrosã	03-09-2010
Norte	AGRESTA - Associação de Agricultores do Minho	03-09-2010

REGIÃO	DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL	DATA ADMISSÃO
Norte	APAFDR - Associação Portuguesa de Agricultura Floresta e Desenvolvimento	03-09-2010
Centro	PRIVETUR - Associação Portuguesa de Turismo no Espaço Rural	07-09-2010
Nacional	INTERBIO - Associação Interprofissional para a Agricultura Biológica	07-09-2010
Centro	URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela	08-09-2010
Centro	Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis	08-09-2010
Centro	ADACB - Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco	08-09-2010
Centro	ADIP - Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiares	08-09-2010
Centro	Associação de Pastores e Produtores do Queijo da Serra da Estrela do	08-09-2010
Centro	Confraria da Chanfana de Vila Nova de Poiares	08-09-2010
Alentejo	CVRA - Comissão Vitivinícola Regional Alentejana	09-09-2010
Centro	Associação de Produtores Florestais de Poiares	09-09-2010
Centro	Associação Florestal do Baixo Vouga	09-09-2010
LVT	Instituto Politécnico de Leiria	09-09-2010
Nacional	UNAC - União da Floresta Mediterrânica	09-09-2010
Nacional	AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	09-09-2010
Norte	Agros, União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre-Douro e Minho	09-09-2010
Norte	Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro	09-09-2010
Açores	Cooperativa União Agrícola, CRL	10-09-2010
Alentejo	Instituto Politécnico de Portalegre	10-09-2010
Centro	RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural	10-09-2010
Centro	LACTICOOP - União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e	10-09-2010
Norte	ANCRG - Associação Nacional de Criadores de Raça Garrana	10-09-2010
Norte	Associação Parques Com Vida	10-09-2010
Norte	AFLODOUNORTE - Associação Florestal do Vale do Douro Norte	10-09-2010
Norte	ARBOREA - Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria	10-09-2010
Norte	ADLML - Associação de Desenvolvimento Local do Minho-Lima	10-09-2010
Norte	AGUIAR FLORESTA - Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de	10-09-2010
Norte	Associação Florestal do Lima	10-09-2010
Norte	Comunidade Intermunicipal do Minho Lima (CIM Alto Minho)	10-09-2010
Norte	CAPOLIB - Cooperativa Agrícola de Boticas	10-09-2010
Centro	Associação Florestal do Pinhal	13-09-2010
Centro	Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil	13-09-2010
Centro	ESTRELACOOOP - Cooperativa dos Produtores de Queijo Serra da Estrela, CRL	13-09-2010
Centro	PENSAR - Associação de Desenvolvimento Integrado de Penacova	13-09-2010
LVT	AFN - Autoridade Florestal Nacional (DRF LVT)	13-09-2010
Norte	Associação Florestal do Cávado	13-09-2010
Norte	VALDELIMA - Cooperativa Polivalente de Desenvolvimento Rural, CRL	13-09-2010
Norte	ACERG - Associação Criadores Equinos Raça Garrana	14-09-2010

REGIÃO	DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL	DATA ADMISSÃO
Nacional	AFN - Autoridade Florestal Nacional	16-09-2010
Centro	Cooperativa Agrícola de Estarreja, CRL	21-09-2010
Centro	Cooperativa Silvo-Agro-Pecuária de Vila Nova do Ceira, CRL	21-09-2010
Centro	VerdeLafões - Associação de Produtores Florestais	21-09-2010
LVT	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)	30-09-2010
Norte	Cooperativa Agrícola da Feira e São João da Madeira, CRL	04-10-2010
Alentejo	ADTR - Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio	05-11-2010
Alentejo	Associação de Beneficiários do Caia	12-11-2010
Norte	APFVM - Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	18-11-2010
LVT	Casario Ribatejano - Associação do Turismo em Espaço Rural	20-11-2010
LVT	ICNB, I.P. - Parque Nacional Serra Aires e Candeeiros (PNSAC)	25-11-2010
LVT	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior Agrária de Santarém	01-12-2010
LVT	ACHAR - Associação de Agricultores de Charneca	06-12-2010
LVT	ADIAFA - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Freguesia de	06-12-2010
LVT	APAS Floresta - Associação de Produtores Florestais	06-12-2010
LVT	APFCAN - Associação dos Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça	06-12-2010
LVT	CARO - Centro Agrícola e Rural do Oeste	06-12-2010
LVT	FLOREST - Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura	06-12-2010
Norte	ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima	09-12-2010
LVT	Associação de Produtores de Maçã de Alcobaça	27-12-2010

7.2 LISTA DE PEDIDOS DE APOIO APROVADOS

Área de Intervenção	Beneficiário	Pedido Apoio	Custo Elegível	Despesa Pública	Euros
					FEADER
2	ADREPES-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	400021	93.009,71	93.009,71	46.504,86
2	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	400022	86.533,95	86.533,95	43.266,98
2	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE	400023	102.845,99	102.845,99	51.423,00
2	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	400029	53.900,38	53.900,38	26.950,19
2	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	400068	1.396,16	1.396,16	698,08
2	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400069	2.512,31	2.512,31	1.256,16
TOTAL			340.198,50	340.198,50	170.099,25

Euros					
Área de Intervenção	Beneficiário	Pedido Apoio	Custo Elegível	Despesa Pública	FEADER
3	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400033	349.523,62	349.523,62	174.761,81
3	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400034	573,38	573,38	286,69
3	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	400035	27.384,86	27.384,86	13.692,43
3	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400036	95.868,25	95.868,25	47.934,13
3	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	400037	0,00	0,00	0,00
3	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400038	71.070,97	71.070,97	35.535,49
3	INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, IP	400039	88.001,83	88.001,83	44.000,92
3	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400040	169.465,35	169.465,35	84.732,68
3	SPEA-SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES	400041	69.026,92	69.026,92	34.513,46
3	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	400044	0,00	0,00	0,00
3	DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	400045	126.050,00	126.050,00	63.025,00
3	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	400046	119.451,17	119.451,17	59.725,59
3	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400047	7.770,22	7.770,22	3.885,11
3	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	400052	67.798,19	67.798,19	33.899,10
3	LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	400053	71.729,99	71.729,99	35.865,00
3	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	400086	1.827,10	1.827,10	913,55
3	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400087	114.463,81	114.463,81	57.231,91
TOTAL			1.380.005,66	1.380.005,66	690.002,83

Euros					
Área de Intervenção	Beneficiário	Pedido Apoio	Custo Elegível	Despesa Pública	FEADER
4	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	400054	36.979,46	36.979,46	18.489,73
4	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES E DO DESENVOLVIMENTO RURAL	400063	204.954,00	204.954,00	102.477,00
4	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	400066	90.981,01	90.981,01	45.490,51
4	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	400067	43.350,40	43.350,40	21.675,20
4	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	400088	391.361,41	391.361,41	195.680,71
4	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	400089	302.942,62	302.942,62	151.471,31
4	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	400090	190.145,96	190.145,96	95.072,98
4	NERPOR NUCLEO EMPRESARIAL REGIAO PORTALEGRE	400092	66.837,57	66.837,57	33.418,79
TOTAL			1.327.552,43	1.327.552,43	663.776,22

Euros					
Área de Intervenção	Beneficiário	Pedido Apoio	Custo Elegível	Despesa Pública	FEADER
5	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400005	58.786,96	58.786,96	29.393,48
5	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400006	157.834,01	157.834,01	78.917,01
5	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	400003	5.909,52	5.909,52	2.954,76
5	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	400007	18.137,52	18.137,52	9.068,76
5	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	400009	14.699,13	14.699,13	7.349,57
5	DIRECCAO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	400008	12.759,80	12.759,80	6.379,90
5	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	400010	11.294,79	11.294,79	5.647,40
5	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	400004	13.894,96	13.894,96	6.947,48
5	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	400013	31.118,25	31.118,25	15.559,13
5	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	400016	348.393,54	348.393,54	174.196,77
5	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	400014	353.095,58	353.095,58	176.547,79
5	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	400015	9.390,53	9.390,53	4.695,27
5	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	400012	50.950,00	50.950,00	25.475,00
5	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	400020	20.696,51	20.696,51	10.348,26
5	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	400018	29.454,01	29.454,01	14.727,01
5	DIRECCAO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	400019	22.112,04	22.112,04	11.056,02
5	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	400017	67.627,10	67.627,10	33.813,55

					Euros
Área de Intervenção	Beneficiário	Pedido Apoio	Custo Elegível	Despesa Pública	FEADER
5	DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	400091	14.115,05	14.115,05	7.057,53
5	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	400106	573.044,46	573.044,46	286.522,23
5	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	400101	565.967,93	565.967,93	282.983,97
TOTAL			2.379.281,69	2.379.281,69	1.189.640,85